



UMA INVESTIGAÇÃO FUNCIONALISTA DA RELAÇÃO RETÓRICA DE CONCLUSÃO NO PORTUGUÊS FALADO

A FUNCTIONAL INVESTIGATION OF CONCLUSION RHETORICAL RELATION IN SPOKEN PORTUGUESE

Kátia Roseane Cortez dos Santos* Juliano Desiderato Antonio**

RESUMO

Este artigo investiga a relação retórica de conclusão, com o objetivo de caracterizar o seu funcionamento e as marcas formais que a sinalizam. A teoria que norteou a pesquisa foi a Teoria da Estrutura Retórica (Rhetorical Structure Theory – RST), que se insere na tradição funcionalista dos estudos da linguagem. Esta investigação se justifica pelo fato de que, mesmo com a existência das informações essenciais para identificação da relação retórica de conclusão, os analistas que trabalham com RST ainda apresentam alguma dificuldade em sua identificação. As análises partiram de um corpus de língua falada, constituído de cinco elocuições formais do gênero aula e de dez entrevistas. Os resultados apontam que: a) a relação retórica de conclusão pode ser do tipo núcleo-satélite ou do tipo multinuclear; b) a conclusão se dá a partir de um raciocínio inferencial (p portanto q); c) o então foi o conectivo mais frequente no corpus, e a conjunção logo, a menos frequente.

Palavras-chave: Relação retórica de conclusão. RST. Português falado.

ABSTRACT

This paper investigates the rhetorical relation of conclusion in order to characterize its functioning and the formal marks that signal it. The theory that guided the research was Rhetorical Structure Theory (RST), which is within the functionalist tradition of language studies. This research is justified by the fact that, even with the existence of the essential information to identify the rhetorical relation of conclusion, the analysts who work with RST still present some difficulty in its identification. The analyzes originated from a corpus of spoken language, consisting of five formal speeches of the lecture genre and ten interviews. The results indicate that: a) the rhetorical relation of conclusion can be nucleus-satellite or multinuclear; b) the conclusion is based on inferential reasoning; c) “então” was the most frequent connective in the corpus, and conjunction “logo”, the less frequent.

Keywords: Conclusion Rhetorical Relation. RST. Spoken Portuguese.

*Doutoranda em Estudos Linguísticos pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", campus São José do Rio Preto, e bolsista CNPq.
<https://orcid.org/0000-0003-0395-6633>

**Professor do Departamento de Teorias Linguísticas e Literárias e do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá.
<https://orcid.org/0000-0002-9816-5852>

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Van Valin (2002) sugere que, se fizéssemos uma pesquisa informal entre pessoas que não são especializadas na área da linguística e perguntássemos a elas qual a função principal da linguagem, a grande maioria nos responderia que sua função primeira é comunicar. Usualmente, na ciência, as afirmações baseadas no senso comum não são levadas em consideração, provando-se estarem equivocadas em muitos casos. No entanto, em se tratando da ideia da função a que a língua se presta, principalmente, a comunicação humana, temos um conhecimento mais do que acertado, partilhado pelos linguistas que adotam uma perspectiva funcionalista em seus estudos.

Diante disso, um novo problema surge aos estudiosos da linguagem: como nos comunicamos? Halliday (2004) responde a esse questionamento afirmando que nos comunicamos por meio de textos, tanto na modalidade oral quanto na modalidade escrita, sendo que “o termo ‘texto’ se refere a qualquer instância da linguagem, de qualquer tamanho, que faz sentido para alguém que sabe a língua em questão” (HALLIDAY, 2004, p. 3, tradução nossa).

Dessa maneira, o texto se torna uma unidade de análise importante nos estudos funcionalistas. Dentre os diversos enfoques que se pode dar ao seu estudo, um deles é investigá-lo a partir da sua organização. Tal perspectiva é norteadora da Teoria da Estrutura Retórica (doravante RST – *Rhetorical Structure Theory*), cujos pressupostos básicos são os seguintes:

- (i) os textos são formados por grupos organizados de orações que se relacionam hierarquicamente entre si de várias formas; (ii) as relações que se estabelecem entre as orações podem ser descritas com base na intenção comunicativa do enunciador e na avaliação que o enunciador faz do enunciatário, e refletem as escolhas do enunciador para organizar e apresentar os conceitos; (iii) a maioria das relações que se estabelecem são do tipo núcleo-satélite, em que uma parte do texto serve de subsídio para outra (ANTONIO, 2003, p. 225).

Assim, o objetivo deste trabalho é investigar uma das relações retóricas que emerge da combinação entre porções textuais que proporcionam coerência aos textos: a relação de conclusão¹. Busca-se sua caracterização em termos de aspectos funcionais e aspectos formais, compreendendo que estes são subordinados àqueles e nos auxiliam na sinalização e reconhecimento da relação.

Embora existam diversos trabalhos que abordem o tema da conclusão, não há muitos estudos que a investiguem, considerando-a como uma relação retórica. Mann e Thompson (1988) e Carlson e Marcu (2001) fornecem informações essenciais para a anotação dessa relação; no entanto, os estudiosos que trabalham com RST ainda sentem dificuldades para seu reconhecimento. Para auxiliar nesse processo, descrevemos a relação de conclusão neste artigo, associando as pesquisas em RST a outros estudos funcionalistas sobre o assunto e a partir de dados reais de fala do português brasileiro.

A fim de cumprir os objetivos propostos, este texto está organizado em quatro seções, além destas considerações iniciais: fundamentação teórica, em que comentamos brevemente a abordagem funcionalista, apresentamos a RST e discutimos algumas propostas de estudo referentes à relação de conclusão; *corpus* e metodologia, em que definimos o *corpus* analisado nesta pesquisa; análise e interpretação dos dados, em que discutimos os dados, descrevendo a relação retórica investigada; e considerações finais, em que sistematizamos os resultados obtidos com a investigação empreendida. Ao final, ainda temos a seção referente à bibliografia utilizada no texto.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 A ABORDAGEM FUNCIONALISTA E A TEORIA DA ESTRUTURA RETÓRICA

As análises empreendidas neste artigo têm como base teórica a abordagem funcionalista da linguagem. Para Paveau e Sarfati (2006, p. 115), “mais do que uma teoria ou um conjunto de

teorias, o funcionalismo é um modo de pensamento, um olhar sobre a linguagem e suas relações com a organização do mundo”. De acordo com Van Valin (2002), virtualmente, todas as perspectivas funcionais contemporâneas podem ser remetidas aos trabalhos realizados, na década de 20, pelo linguista tcheco Mathesius, integrante do chamado *Círculo Linguístico de Praga*. Dois princípios básicos norteavam o pensamento dos estudiosos desse *Círculo*: a língua é um sistema funcional destinado a uma finalidade e a natureza das funções linguísticas estabelece a estrutura da língua (PAVEAU; SARFATI, 2006).

Dando um salto temporal para o presente, das diversas teorias funcionalistas vigentes, adotamos, neste trabalho, a RST, uma teoria voltada ao estudo das relações mantidas entre as partes que compõem um texto (MANN; THOMPSON 1988). Tais relações, que podem receber várias designações como “relações retóricas”, “relações implícitas”, “proposições relacionais”, “relações de coerência” (TABOADA, 2009; MANN; THOMPSON, 1988), são estabelecidas entre duas ou mais porções de textos, chamadas de núcleo e satélite, cujo arranjo estrutural pode ser de dois tipos: a) relações núcleo-satélite (hipotáticas), em que uma porção de texto é subordinada à outra; b) relações multinucleares (paratáticas), em que as porções apresentam o mesmo estatuto.



Figura 1: Relação núcleo-satélite – Fonte: Adaptado de Mann e Thompson (1988)

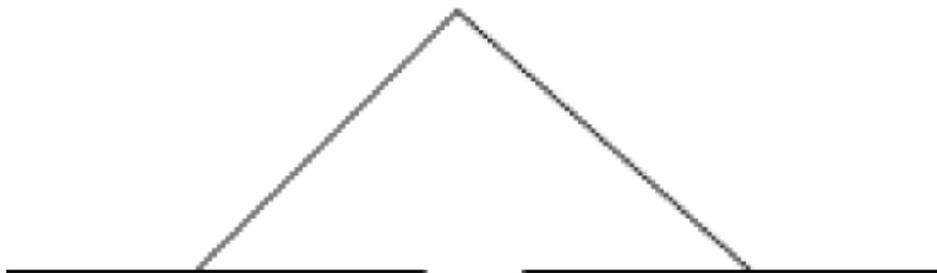


Figura 2: Relação multinuclear – Fonte: Adaptado de Mann e Thompson (1988)

Segundo Taboada e Mann (2006), as relações retóricas são definidas a partir de critérios funcionais e semânticos, e não marcações morfológicas ou sintáticas, já que não é possível defender uma total transparência entre forma e significado em todos os casos. Diante disso, quatro aspectos são considerados em sua definição: restrições sobre o núcleo; restrições sobre o satélite; restrições sobre a combinação do núcleo e do satélite; e efeito, isto é, a intenção do produtor. Vejamos a definição da relação retórica de conclusão tal como sistematizada por Alves (2013) a partir das ponderações de Carlson e Marcu (2001):

Nome da Relação	Restrições sobre N e S, Individualmente	Restrições sobre N+S	Intenção de F
Conclusão	Em S: S é um juízo fundamentado, uma inferência, uma consequência necessária ou uma decisão final com respeito à situação apresentada em N	Em N + S: S apresenta uma declaração final que envolve a situação apresentada em N	D reconhece que S é uma declaração final a respeito de N

Quadro 1: Relação de conclusão, em que S=Satélite, N=Núcleo; F=Falante; D=Destinatário – Fonte: Carlson e Marcu (2001 apud ALVES, 2013, p. 56)

Mann e Thompson (1988) estabeleceram uma lista contendo 24 relações, conhecida por “rol clássico”. Hoje, com o desenvolvimento da teoria, outras relações foram criadas, estando disponível no site da RST uma versão estendida desse rol com 32 relações². Há também a lista elaborada por Carlson e Marcu (2001), que apresenta 136 relações retóricas. Estes, ao investigarem um *corpus* maior do que o analisado por Mann e Thompson (1988) e para dar conta das nuances de sentido encontradas nos textos, sentiram a necessidade de desmembrar diversas relações retóricas já existentes e de criar novas relações, como é o caso da relação retórica de conclusão, analisada neste artigo, a qual não consta no rol clássico ou no rol expandido.

1.2 A RELAÇÃO RETÓRICA DE CONCLUSÃO

Carlson e Marcu (2001) afirmam que a relação de conclusão se estabelece quando uma porção de texto apresenta uma declaração final que “empacota” a situação apresentada em outra porção, sendo que o satélite de conclusão é um julgamento fundamentado, uma inferência, uma consequência necessária ou uma decisão final com respeito à situação apresentada no núcleo. Os autores ainda acrescentam que a relação de conclusão também pode ser multinuclear, quando o núcleo e o satélite são de igual importância para os objetivos comunicacionais do falante.

Em um estudo sobre a relação conclusiva na língua portuguesa, Marques (2014), baseada na perspectiva teórica da Gramática Discursivo-Funcional, aponta três funções dessa relação: função de resumo, conclusão e consequência. Assim como em sua pesquisa, diferentemente de outros trabalhos que abordam a conclusão como um mecanismo de fechamento de um texto (normalmente argumentativo), neste trabalho também focalizamos

a relação conclusiva que se estabelece entre partes de um texto, independentemente de ser caso de fechamento de texto, mas somente quando for perceptível a relação conclusiva, e não apenas a presença de um marcador de finalização de texto (MARQUES, 2014, p. 22).

De modo geral, quando se aborda relação de conclusão, as gramáticas apontam alguns conectivos que usualmente marcam esse tipo de junção entre partes de um texto. Assim, na *Gramática da língua portuguesa*, de Cipro Neto e Infante (2003) – uma gramática direcionada ao público escolar, muitas vezes tida como referência para os professores de língua portuguesa –, a temática “conclusão” surge em dois momentos: no capítulo sobre as conjunções (morfologia) e no capítulo sobre as orações coordenadas (sintaxe). No primeiro momento, os autores trazem apenas a consideração de que as conjunções coordenativas conclusivas exprimem conclusão, e citam os elementos *logo*, *portanto*, *por conseguinte* e *pois* (posposto ao verbo) (CIPRO NETO; INFANTE, 2003).

Já no capítulo que aborda a sintaxe, os autores dão mais informações sobre as “orações conclusivas”, afirmando que a palavra *conclusiva* seria da mesma família das palavras *concluir* e *conclusão*, e definindo as orações coordenadas sindéticas conclusivas como aquelas que expressam uma conclusão lógica obtida a partir do que é expresso na oração anterior. Além disso, os autores sustentam que a conjunção conclusiva mais empregada na língua falada seria o *por isso*, mas que na língua escrita apareceriam outras, como *logo*, *portanto*, *pois* (posposto ao verbo), *então* e *assim*, além das locuções *por conseguinte*, *de modo que* e *em vista disso* (CIPRO NETO; INFANTE, 2003).

Diante disso, é possível problematizar duas afirmações dos autores. A primeira

problematização se refere à afirmação de que a conjunção mais empregada na modalidade oral da língua é *por isso*, uma vez que em nenhum momento os autores explicitam se essa afirmação foi feita com base em algum estudo com uma quantidade significativa de dados. Assim, podemos nos questionar se não seria o *então* a conjunção mais utilizada, pela frequência com que nos deparamos com ela em nosso dia a dia, e também pela frequência com que esse elemento apareceu no *corpus* analisado nesta pesquisa: 77% das ocorrências são marcadas pelo conectivo *então*, como veremos na seção de análise das ocorrências.

Além disso, a segunda afirmação passível de questionamento diz respeito à própria indicação da conjunção *por isso* como uma conjunção prototípica das construções conclusivas. Não estaria ela indicando uma causa, uma explicação ou um motivo? Tal fato já nos dá indícios das dificuldades da categorização de uma “oração coordenada conclusiva”.

De um ponto de vista funcionalista, na *Gramática do português brasileiro*, de Castilho, publicada em 2010, encontramos uma abordagem diferenciada a respeito das “coordenadas conclusivas”. Castilho (2014 [2010]) afirma que, dentre os cinco tipos de coordenadas identificadas pela NGB (Nomenclatura Gramatical Brasileira) – aditivas, adversativas, alternativas, explicativas e conclusivas –, apenas as duas primeiras poderiam ser consideradas como realmente independentes sintaticamente, sendo que as alternativas fariam parte do grupo das correlatas, e as explicativas e conclusivas estariam entre as subordinadas, mais especificamente, entre as adverbiais. Vejamos:

Há sem dúvida certo desconforto na análise das adverbiais, o que tem suscitado algumas alternativas no campo da abordagem funcionalista. As adverbiais podem ser integradas em três grandes tipos: (i) causalidade *lato sensu*: causais, condicionais, concessivas e explicativas ou conclusivas – foram assim salvas as concessivas; (ii) temporalidade, aí incluídas as proporcionais; (iii) finalidade (CASTILHO, 2014 [2010], p. 373).

Por fim, é na *Gramática de usos do português*, de Neves, publicada pela primeira vez em 2000, que encontramos uma sistematização mais acurada da “conclusão”, uma vez que ela localiza os elementos “conclusivos” dentre as “construções com relação causal entre predicções ou entre proposições (entre orações)” (NEVES, 2011 [2000], p. 816), observando que o falante, quando deseja exprimir uma relação de causa e consequência, não dispõe somente do complexo constituído por uma oração principal e uma oração causal, já que

ele pode, por exemplo, fazer um enunciado como *No país não há ultraleves homologados, por isso/então [portanto] não existe essa possibilidade*, que tem uma segunda oração do tipo que tradicionalmente se designa como coordenada conclusiva, ao invés de *Não existe essa possibilidade porque no país não há ultraleves homologados (AGF)*. O que ocorre são diferentes estratégias que regem a escolha, com diferentes efeitos informativo-pragmáticos: entre uma e outra formulação muda a distribuição de informação, em termos de progressão informativa, assim como diferentemente se resolve, no nível do texto, a continuidade tópica (NEVES, 2011 [2000], p. 816-817, grifos nossos).

Nesse ponto, é importante ressaltar que, embora seja comum que a relação de conclusão apareça sinalizada por um conectivo como *portanto* ou *então*, devemos ter em mente que a RST não considera ser necessária a existência de um marcador linguístico explícito para que determinada relação retórica se estabeleça. Do mesmo modo, Marques (2014) afirma o seguinte: “a relação entre porções textuais pode ser percebida inferencialmente, sem haver explicitação do elo semântico por meio de determinadas formas linguísticas”. Tanto isso é verdade que, como será demonstrado na seção de análise dos dados, 16% das ocorrências encontradas no *corpus* analisado não possuíam um conectivo explicitando a relação de conclusão.

Finalmente, como percebemos nas considerações de Cipro Neto e Infante (2003), expostas anteriormente, na tradição gramatical, consideram-se os processos de articulação entre partes do texto como uma dicotomia dependência x independência. Sob essa abordagem, então, a conclusão seria um processo de construção oracional independente. No entanto, na perspectiva da RST, que

nesse ponto tem como base a proposta da Gramática Sistemico-Funcional, de Halliday, as relações retóricas são divididas em paratáticas e hipotáticas, sendo que, como já explicitamos, a conclusão pode se estabelecer de ambas as formas.

2. CORPUS E METODOLOGIA

O *corpus* desta pesquisa é constituído de cinco elocuições formais do gênero aula e de dez entrevistas, coletadas e transcritas pelo Grupo de Pesquisas Funcionalistas do Norte/ Noroeste do Paraná – Funcpar (ANTONIO, 2009). As elocuições são compostas por três aulas do ensino superior (matemática, farmácia e psicologia) e por duas aulas de curso preparatório para o exame vestibular (biologia e geografia). No que concerne às entrevistas, cada uma aborda a discussão de um artigo científico de autoria do entrevistado, sobre o qual o entrevistador faz seus questionamentos, focalizando o processo de produção do texto em si e os temas tratados no artigo.

Ainda sobre a caracterização do *corpus*, destacamos que, tanto nas elocuições formais quanto nas entrevistas, os informantes são professores de uma universidade, localizada no noroeste do Paraná, o que faz deles falantes da norma culta do português inseridos em uma situação de interação em que há predominância da formalidade em detrimento da informalidade.

Por fim, dado que a estrutura retórica de um texto é representada na RST de forma hierárquica e arbórea, com o intuito de facilitar a elaboração dos diagramas constantes, neste trabalho, utilizamos o programa RSTTool (O'DONNELL, 2000), versão 3.113. Para utilizar o programa, o analista se vale de listas de relações previamente configuradas no programa, compostas por relações do tipo multinuclear e do tipo núcleo-satélite. Ele, então, segmenta o texto cujo diagrama será elaborado e traça os esquemas que representam os tipos de relações entre as porções de texto, designando, em seguida, as relações.

3. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

A análise empreendida neste trabalho, com o fim de caracterizar a relação retórica de conclusão, deu-se a partir de três aspectos, sendo os dois primeiros funcionais e o terceiro, formal: 1) o tipo de organização das porções textuais, que pode ser multinuclear ou núcleo-satélite; 2) o tipo de raciocínio realizado na operação; e 3) o conectivo presente na segunda porção textual.

No que concerne ao primeiro aspecto, das 83 ocorrências da relação de conclusão encontradas no *corpus*, a maioria delas foi do tipo multinuclear, como comprova o Quadro 2:

ORGANIZAÇÃO	N	%
Multinuclear	5 3	64
Núcleo-satélite	3 0	36
Total	8 3	100

Quadro 02: Organização da relação de conclusão

A seguir podemos observar um exemplo de cada tipo:

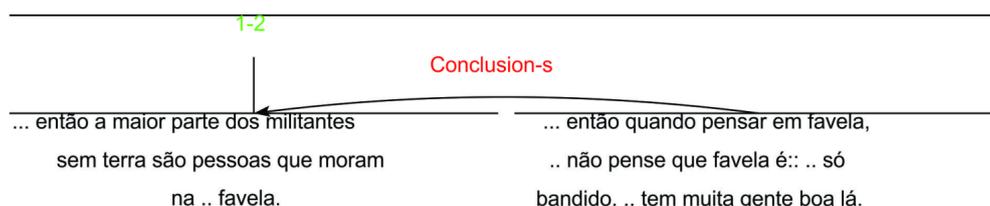


Diagrama 1: Ocorrência (01) [AULAGEOGRAFIA]

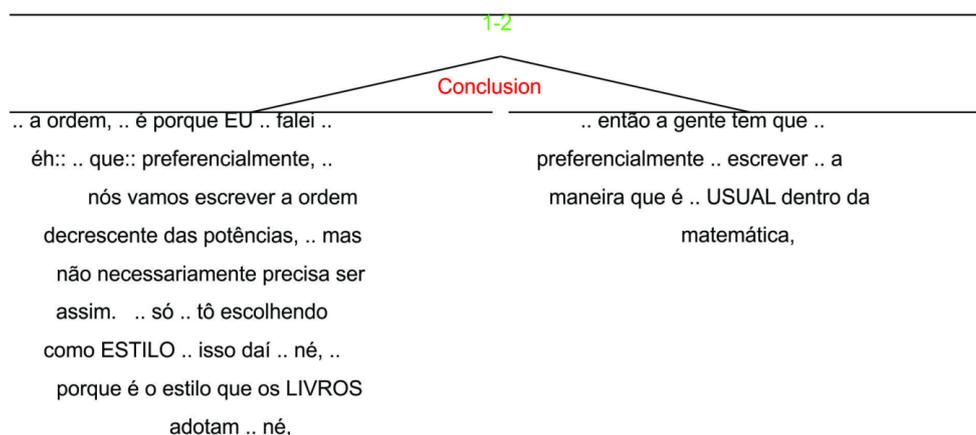


Diagrama 2: Ocorrência (02) [AULAMATEMÁTICA]

Na ocorrência que consta no diagrama 1, observamos que a informação de que a maior parte dos militantes sem-terra são pessoas que moram na favela é mais importante do que o “alerta” que o professor dá para os alunos para que eles não pensem que apenas bandidos moram na favela. Isso porque o contexto da ocorrência é uma explicação sobre o Movimento dos Sem Terra e a sua relação com a agroindústria, não uma discussão sobre os moradores de favelas.

O diagrama 2, por sua vez, apresenta duas porções com a mesma relevância, pois o professor de Matemática explica a sua preferência por determinado estilo de escrita matemática com base no fato de que é um estilo usual nos livros de matemática. Dessa forma, tanto o que o professor diz sobre seu estilo quanto o conselho que ele dá aos alunos são informações importantes naquele contexto de aula.

No que diz respeito ao segundo aspecto norteador da presente análise – o tipo de operação de raciocínio que constitui a conclusão –, vimos que Cipro Neto e Infante (2003) a consideram uma operação lógica, que se dá a partir do conteúdo expresso na oração que precede a conclusão. Kury (1987[1985]) também concorda com a logicidade da operação, afirmando que a oração coordenada conclusiva exprime uma conclusão ou uma consequência lógica da primeira oração. No entanto, há autores que preferem considerar que haja um raciocínio inferencial na construção da conclusão, e não um raciocínio lógico. Um desses autores é Castilho (2014 [2010]), para quem inferir é “criar realidades semânticas a partir daquelas previamente existentes” (p. 130). Nesse sentido, Lopes, Pezatti e Novaes (2001), em estudo sobre as construções com *portanto* no português, fornece reflexões esclarecedoras sobre a natureza do raciocínio inferencial existente na relação de conclusão. As autoras afirmam o seguinte:

Portanto, enquanto operador conclusivo, tem um significado de tipo instrucional: assinala ao ouvinte que a proposição que introduz deve ser lida/interpretada como conclusão, cujo fundamento é um raciocínio inferencial. Assim, numa estrutura p portanto q (sendo portanto comutável com logo), o conector sinaliza que p é uma premissa e q uma conclusão, num esquema inferencial (p e q são entidades epistêmicas que integram o universo cognitivo do falante e operam no domínio do raciocínio). A construção p portanto q configura um entimema, um esquema inferencial defectivo, em que uma das premissas não está explicitada (LOPES; PEZATTI, NOVAES, 2001, p. 205).

Para compreendermos essa passagem, vejamos o exemplo a seguir encontrado no *corpus* analisado:

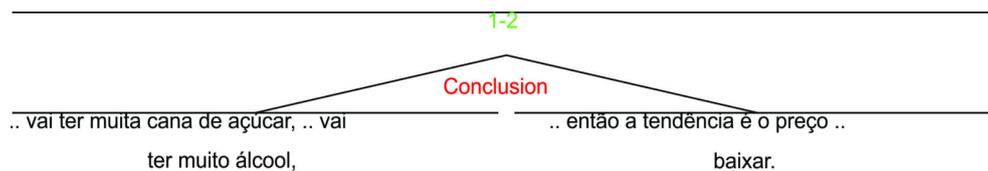


Diagrama 3: Ocorrência (03) [AULAGEOGRAFIA]

O contexto da ocorrência que consta no diagrama 3 é uma explicação dada pelo professor de Geografia sobre a dinâmica de produção e exportação de álcool como combustível. Assim, ao comentar sobre o preço do álcool, o professor explicita um raciocínio conclusivo baseado em duas premissas: uma premissa explícita (vai ter muita cana de açúcar e álcool) e uma premissa implícita que deve ser recuperada pelo ouvinte por meio de uma inferência (quando há grande oferta de um produto, o preço desse produto tende a baixar). A partir dessas duas premissas, o professor chega à conclusão de que a tendência é o preço do álcool baixar: *p portanto q* > muito álcool, portanto preço baixo.

A compreensão da conclusão depende da capacidade de o interlocutor recuperar a premissa não explicitada pelo falante, a partir de seus conhecimentos prévios, uma vez que, ao realizar um raciocínio conclusivo, o falante pressupõe que seu interlocutor conheça a premissa oculta. Lopes, Pezatti e Novaes (2001) explicitam que “a noção de pressuposição pragmática parece adequada para dar conta da natureza da premissa omitida” (p. 207). Adota-se a definição de Stalnaker (1974 *apud* LOPES; PEZATTI; NOVAES, 2001), segundo a qual “pressuposições pragmáticas são proposições cuja verdade o falante toma como certa, ou parece tomar como certa, quando faz uma declaração” (STALNAKER, 1974 *apud* LOPES; PEZATTI; NOVAES, 2001, p. 207, tradução nossa).

Foi, portanto, a partir tanto dos critérios explicitados por Carlson e Marcu (2001) quanto dos estudos realizados pelos linguistas funcionalistas referenciados, que identificamos no *corpus* selecionado o total de 83 ocorrências da relação retórica de conclusão.

Sobre o terceiro e último aspecto focalizado nesta investigação, o quadro a seguir apresenta os conectivos que sinalizaram a relação de conclusão:

CONECTIVO	N	%
Então	6 4	77
Sem conectivo	1 3	16
Portanto	5	6
Logo	1	1
Total	8 3	100

Quadro 3: Conectivos sinalizadores da relação de conclusão

Como é possível observar no Quadro 3, o conectivo mais frequente foi o *então*, que sinalizou 77% das ocorrências. De acordo com Martelotta e Silva (1996), em alguns contextos, o *então* apresenta um valor conclusivo “decorrente de um processo de gramaticalização via pressão de informatividade, uma vez que emerge de contextos que o pressionam” (p. 127). Em outras palavras, os autores apontam que houve uma passagem do *então* como um elemento que marca sequência entre ações para o *então* sinalizador de conclusão, que apresenta uma sequencialidade lógica de causa e efeito, sendo que essa mudança de sentido ocorre em função do contexto em que tal palavra ocorre.

Alves (2013), com base nas propriedades semântico-funcionais do *então* descritas por Risso (1996, 2006) e Schiffrin (1992), apresenta os seus diferentes planos de atuação: ideacional, informativo, ação, estrutura de participação, sucessão de ideias e sucessão de ações. No plano informativo, Alves (2013) aponta que o *então* “marca conclusão, a informação é tomada como

garantia para a inferência”, sendo que ele pode sinalizar três relações retóricas nesse plano: conclusão, interpretação e avaliação. Por fim, os resultados de sua pesquisa apontam que

A relação retórica de conclusão é a mais frequente, o que permite a inferência de que o uso prototípico do MD [marcador discursivo] *então* com função semântica conclusiva, conforme revelam as pesquisas de Chiarelli (2011), tenha resultado no uso recorrente do item nas amostras do *corpus* (ALVES, 2013, p. 59)⁴.

A seguir, temos uma ocorrência marcada pelo *então*:

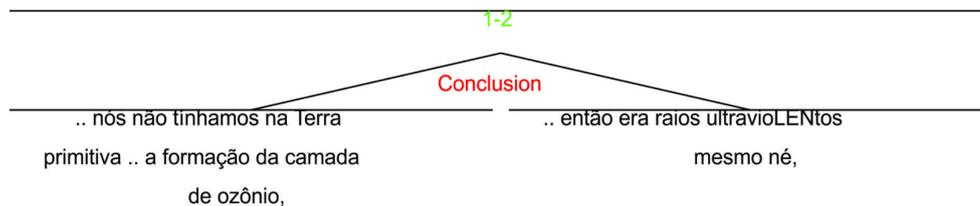


Diagrama 4: Ocorrência (04) [AULABILOGIA]

O contexto da ocorrência explicitada no diagrama 4 é uma explicação sobre as possíveis origens da vida na Terra, sendo que uma das hipóteses leva em consideração a atuação dos raios ultravioletas no processo. Assim, o professor estabelece a conclusão de que, na Terra primitiva, os raios ultravioletas eram fortes, a partir da premissa de que não havia ainda a camada de ozônio (premissa explícita), já que é essa camada que protege o planeta dos raios ultravioletas (premissa implícita). Para deixar claro que a segunda unidade decorre da primeira a partir de um raciocínio conclusivo, o falante opta por marcar essa unidade com *então*.

Nesse ponto é importante lembrar que as relações retóricas são descritas funcionalmente em termos dos propósitos do falante e de suas suposições sobre o interlocutor, refletindo suas opções no que concerne à organização e à apresentação dos conceitos (MANN; THOMPSON, 1987). Isso significa que apresentar a segunda unidade como uma conclusão decorrente da primeira é uma escolha do falante, o qual poderia ter organizado seu texto de outra maneira, de acordo com outros propósitos, como: “nós não tínhamos na Terra primitiva a formação da camada de ozônio, **por isso** era raios ultravioletos mesmo, né” ou “**como** nós não tínhamos na Terra primitiva a formação da camada de ozônio, era raios ultravioletos mesmo, né”.

Ainda sobre o Quadro 3, temos que 16% das ocorrências da relação de conclusão não continham nenhum conectivo. Como apontam Mann e Thompson (1983), a relação retórica não precisa ser sinalizada, isto é, não é necessária, no texto, nenhuma característica estrutural que tenha por função a expressão das relações retóricas. Ou, ainda, “essas relações, às vezes, mas **nem sempre**, indicadas por conjunções, podem se estabelecer entre partes de textos de diversos tamanhos, desde orações até grupos de parágrafos” (MANN; THOMPSON, 1987, p. 2, tradução nossa, grifo nosso). Por fim, em trabalho posterior, os mesmos autores asseveram: a “RST fornece uma maneira geral de descrever as relações entre orações em um texto, estando elas ou não sinalizadas gramaticalmente ou lexicalmente” (MANN; THOMPSON, 1988, p. 244, tradução nossa). A seguir, temos duas ocorrências que exemplificam a ausência de conectivo na relação de conclusão:

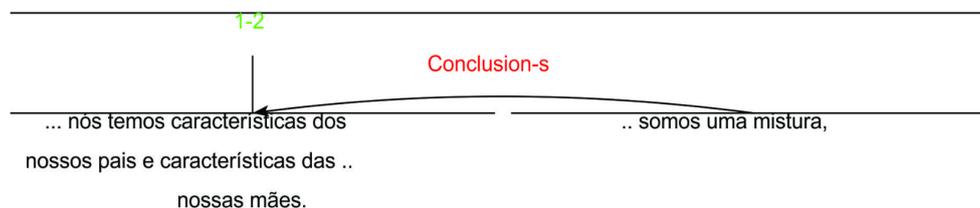


Diagrama 5: Ocorrência (05) [AULABILOGIA]

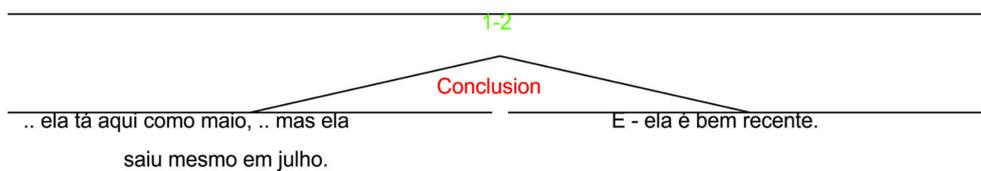


Diagrama 6: Ocorrência (06) [ENTREVISTA10]

Discorrendo sobre a teoria de Darwin e sobre a variação genética, o professor de Biologia afirma que nós não somos iguais aos nossos pais, embora tenhamos características de ambos os progenitores (diagrama 5); somos, portanto, uma mistura. Apesar de o professor ter optado por não utilizar nenhum marcador que explicita a relação de conclusão, podemos compreender a afirmação “somos uma mistura” como um raciocínio inferencial realizado a partir da informação contida na unidade que precede a conclusão.

O diagrama 6 exemplifica o mesmo processo. No entanto, enquanto no diagrama 5 há apenas um turno de fala, o do professor, no segundo a conclusão é efetuada pelo interlocutor (o entrevistador). Este a realiza a partir da premissa explicitada pelo entrevistado (a revista foi publicada em julho) e a partir de sua inferência (a qual podemos supor que seja: o conhecimento de que a entrevista está sendo realizada em um período próximo ao mês de julho), chegando, assim, à conclusão de que a revista é recente.

No *corpus* analisado, encontramos, ainda, 5 ocorrências sinalizadas com o conectivo *portanto*, normalmente tratado nas gramáticas tradicionais como uma conjunção presente em orações coordenadas conclusivas. Evanildo Bechara, em sua *Moderna gramática portuguesa*, de 2009, aborda de uma forma um pouco diferente o *portanto*, afirmando que não se trata de conjunção propriamente, mas sim de um advérbio:

além das conjunções coordenativas já assinaladas, teríamos as explicativas (*pois, porquanto* etc.) e conclusivas (*pois, [posposto], logo, portanto, então, assim, por conseguinte* etc.), sem contar *contudo, entretanto, todavia* que se alinham junto com as adversativas [...]. Que esses advérbios não são conjunções coordenativas a desempenhar funções diversas prova-o o fato de poderem se compatibilizar (BECHARA, 2009 [1999], p. 322, grifos do autor).

Independentemente de sua classificação, é notório que o *portanto*, nas ocorrências anotadas nesta pesquisa, é selecionado pelo falante como uma forma de apresentar ao interlocutor um raciocínio conclusivo. Vejamos dois exemplos:

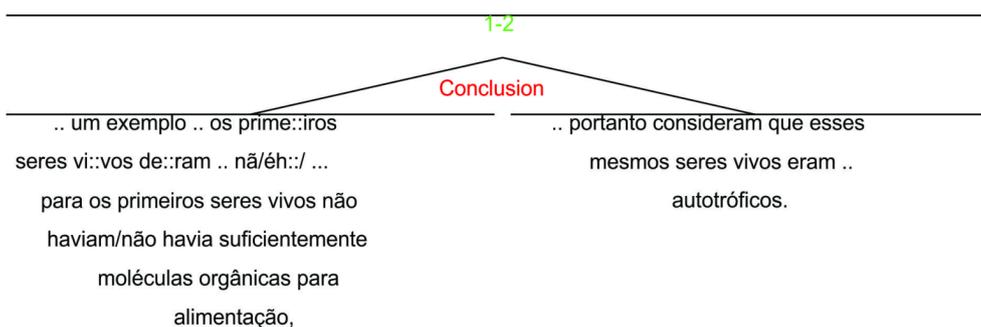


Diagrama 7: Ocorrência (07) [AULABIOLOGIA]

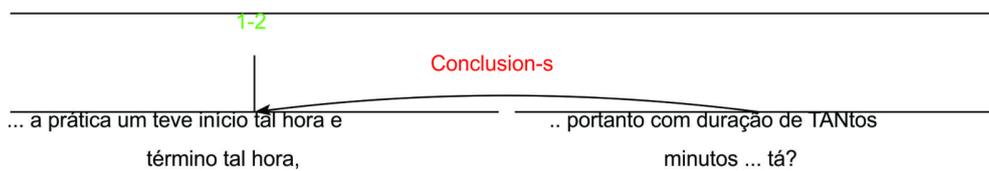


Diagrama 8: Ocorrência (08) [AULAPSICOLOGIA]

No diagrama 7, o professor de Biologia explicita que uma hipótese sobre os primeiros seres vivos na Terra é que não havia moléculas suficientes para sua alimentação. A premissa implícita que deve ser recuperada pelo ouvinte é a de que, quando não há alimentação em um ambiente, os seres vivos que nele habitam desenvolvem um mecanismo para produzir o próprio alimento, sendo, portanto, autotróficos (ao contrário dos seres heterotróficos, os quais obtêm seu alimento do meio). Diante disso, o professor conclui que tais seres primitivos são considerados pelos estudiosos como autotróficos. Auxilia-nos na compreensão dessa ocorrência a observação feita por Marques (2014):

A relação conclusiva, nesse caso, ocorre no domínio epistêmico (Sweetser, 1991), já que *portanto* expressa a ideia de que o julgamento da verdade da primeira afirmação leva à crença relatada na segunda (NOVAES, 2009). Não se pode perceber uma lógica inerente às duas afirmações, mas uma relação em que uma dada situação leva a uma determinada conclusão (p. 34).

Em outras palavras, o julgamento de verdade de que não havia alimentação suficiente para os primeiros seres vivos leva à crença, à afirmação baseada em uma operação do campo do conhecimento, de que esses seres seriam autotróficos. Não se trata de uma relação em que situação leva a outra situação (em que estaríamos no campo da causa/consequência), mas que o conhecimento sobre determinado fato leva a uma declaração que decorre dele, a um julgamento fundamentado em uma inferência que é feita a partir da informação fornecida na primeira porção de texto.

Da mesma maneira, no diagrama 8, temos que, se uma prática (a experiência laboratorial sobre a qual a professora de Psicologia discorria) teve início às X horas e terminou às Y horas, ela teve duração de Z minutos. Isso porque é de conhecimento geral que com as informações de início e de término de determinada ação, é possível calcular sua duração. Nesse caso, a premissa explícita instancia um “conhecimento enciclopédico consensual” (LOPES; PEZATTI; NOVAES, 2001, p. 206). No entanto, considerando o contexto de aula ou de entrevista, que são os tipos de textos que compõem o nosso *corpus*, às vezes a premissa implícita não se refere a um conhecimento de mundo, mas a alguma informação específica que foi previamente apresentada e que, portanto, pode ser recuperada pelo interlocutor.

Sobre os conectivos que sinalizaram a relação, ainda nos falta fazer algumas observações sobre o *logo*, que foi encontrado em apenas uma ocorrência, apresentada a seguir:

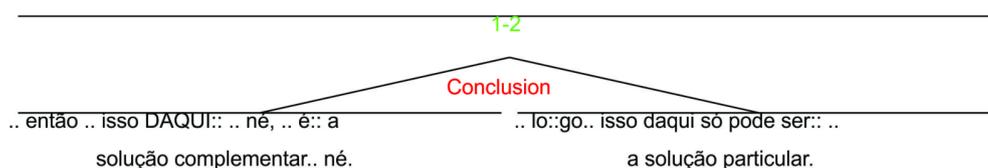


Diagrama 9: Ocorrência (09) [AULAMATEMÁTICA]

O contexto da ocorrência que consta no diagrama 9 é uma explicação sobre o procedimento de realização de determinado cálculo matemático. O professor, então, afirma que “isso daqui” (provavelmente apontando para uma parte do cálculo escrito no quadro) é a solução complementar e que “isso daqui” (possivelmente apontando para outra porção do mesmo cálculo constante no quadro) só pode ser a solução particular. Esse raciocínio conclusivo, sinalizado com o *logo*, pode estar baseado na seguinte premissa oculta: nesse tipo de cálculo só há duas possibilidades de solução, a complementar e a particular. Assim, a partir desse conhecimento conclui-se que, se a

solução complementar já foi identificada, a outra só pode ser a particular.

Pezatti (2001), investigando as construções conclusivas no português falado, afirma que *logo* é considerada a conjunção conclusiva por excelência, o conectivo prototípico desse tipo de relação. Essa prototipia é explicada pela autora com base em alguns parâmetros, os quais “demonstram estar completo o processo de gramaticalização de *logo*” (PEZATTI, 2001, p. 86-87):

i) Não apresenta mobilidade no interior da sentença que inicia:

O narciso é uma flor, logo pertence ao reino vegetal.

**O narciso é uma flor, pertence, logo, ao reino vegetal.*

ii) Não pode ser precedido de outra conjunção, como a aditiva:

**O narciso é uma flor, e logo pertence ao reino vegetal.*

iii) Pode coordenar termos, como as demais conjunções coordenativas (*e*, *ou* e *mas*):

Você está sentindo a sua emoção, daí ser mais fidedigno, logo mais verdadeiro.

iv) Não aceita focalizadores, como advérbios de inclusão/exclusão, *hedges* e clivagem:

**O narciso é uma flor é logo que pertence ao reino vegetal.*

Para finalizar esta seção, é necessário fazer um apontamento geral sobre os conectivos encontrados na análise. Ao propor uma escala de gramaticalização de alguns conectivos que operam na conclusão, Pezatti (2001) afirma que *logo* é o conectivo mais gramaticalizado, podendo ser classificado como uma conjunção. *Portanto* é o segundo mais gramaticalizado, mantendo ainda algumas características de advérbio, já que, em alguns contextos, admite ser introduzido por *e*. O *então*, por sua vez, está ainda mais distante do polo da conjunção na escala proposta pela autora, pois conserva um valor temporal e anafórico de circunstancial. A autora acrescenta que, embora seja possível afirmar que esse operador não tenha concluído seu processo de gramaticalização rumo à conjunção, “a forma *então* pode perfeitamente estabelecer relação conclusiva, com a mesma distribuição sintática de *logo* nas estruturas sentenciais” (PEZATTI, 2001, p. 94).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término das análises sobre a relação retórica de conclusão em nosso *corpus*, podemos elencar os seguintes resultados principais: a) a relação retórica de conclusão pode ser tanto do tipo núcleo-satélite quanto do tipo multinuclear; b) a conclusão se dá a partir de um raciocínio inferencial (*p portanto q*), em que uma das premissas que leva à conclusão está implícita; c) para que o interlocutor compreenda a relação de conclusão, ele deve recuperar a premissa implícita por meio de seus conhecimentos prévios; d) o *então* foi o conectivo mais frequente no *corpus*, sendo que ele é considerado um termo multifuncional, podendo sinalizar outras diversas relações retóricas; e e) a conjunção *logo*, embora considerada a conjunção conclusiva prototípica, foi a menos frequente no *corpus*.

Tais resultados são sintetizados no quadro a seguir, no qual se explicitam os aspectos funcionais e formais da relação retórica de conclusão:

RELAÇÃO	ASPECTOS FUNCIONAIS	ASPECTOS FORMAIS
Conclusão	<ul style="list-style-type: none"> - Dá-se a partir de um raciocínio inferencial do tipo <i>p portanto q</i>. - Pode ser tanto do tipo núcleo-satélite quanto do tipo multinuclear, sendo que esta foi a mais frequente. 	<ul style="list-style-type: none"> - Os conectivos que sinalizaram a relação de conclusão foram o <i>então</i>, o <i>portanto</i> e o <i>logo</i>, sendo o primeiro o mais frequente.

Para encerrarmos este texto, ressaltamos a necessidade de mais estudos que nos permitam o aprofundamento do tema da conclusão, a partir de outros vieses, de outros tipos de textos e de outras variedades, como no português escrito e no português europeu. No entanto, esperamos que este trabalho tenha contribuído para um maior entendimento dessa relação retórica, uma vez que fornece mais informações que podem auxiliar os anotadores quando do trabalho com a RST.

REFERÊNCIAS

- ALVES, D. V. S. Uma investigação funcionalista do MD então no estabelecimento de relações retóricas em elocuições formais do português. 102 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013.
- ANTONIO, J. D. Estrutura retórica do texto: uma proposta para a análise da coerência. *Signótica*, v. 15, n. 2, p. 223-236, jul./dez. 2003.
- ANTONIO, J. D. Os usos do agora em elocuições formais e em entrevistas orais. *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 17, p. 189-214, 2009.
- BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37 ed. São Paulo: Nacional, 2009 [1999].
- CARLSON, L.; MARCU, D. *Discourse Tagging Reference Manual*. 2001. Disponível em: <ftp://128.9.176.20/isi-pubs/tr-545.pdf>. Acesso em: 03 de novembro de 2017.
- CASTILHO, A. T. *Nova Gramática do Português Brasileiro*. 1 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2014 [2010].
- CIPRO NETO, P.; INFANTE, U. *Gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Scipione, 2003.
- HALLIDAY, M. A. K. *An introduction do functional grammar*. 3 ed. London: Edward Arnold, 2004.
- KURY, A. G. *Novas lições de análise sintática*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1987 [1985].
- LOPES, A. C. M.; PEZATTI, E. G.; NOVAES, N. B. As construções com portanto no português europeu e no português brasileiro. *SCRIPTA*, Belo Horizonte, v. 5, n. 9, p. 203-218, 2001.
- MANN W. C.; THOMPSON S. A. *Relational propositions in Discourse*. ISI/RR-83-115, 1983
- MANN W. C.; THOMPSON S. A. *Rhetorical Structure Theory: a framework for the analysis of texts*. ISI/RS-87-185, 1987.
- MANN W. C.; THOMPSON S. A. *Rhetorical Structure Theory: toward a functional theory of text organization*. *Text*, v. 8, n. 3, p. 243-281, 1988.
- MARQUES, N. B. N. A relação conclusiva na língua portuguesa: Funções resumo, conclusão e consequência. 161 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos). Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2014.
- MARTELOTTA, M. E.; SILVA, L. R. Gramaticalização de então. In: MARTELOTTA, M. E.; VOTRE, S. J.; CEZARIO, M. M. (org). *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.
- NEVES, M. H. M. *Gramática de usos do português*. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2011 [2000].
- O'DONNELL, M. RSTTool 2.4: a markup tool for Rhetorical Structure Theory. *Proceedings of the International Natural Language Generation Conference (INLG'2000)*, 13-16 jun. 2000, Mitzpe

Ramon, Israel. p. 253-256, 2000.

PAVEAU, M-A.; SARFATI, G-E. As grandes teorias da linguística: da gramática comparada à pragmática. São Carlos: Claraluz, 2006.

PEZATTI, E. G. O advérbio *então* já se gramaticalizou como conjunção? DELTA. v. 17, n 1, p. 81-95, 2001.

RISSO, M. S. Marcadores discursivos basicamente sequenciadores. In: JUBRAN, C.C. A; KOCH, I. G. V. (org.). Gramática do Português Culto Falado no Brasil. V. 1. Construção do texto falado. São Paulo: Editora da Unicamp, 2006. (p. 427-496)

RISSO, M. S. O articulador discursivo “então”. In: CASTILHO, A. T. e BASÍLIO, M. Gramática do português falado. vol. IV. São Paulo: FAPESP/ Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

SCHIFFRIN, D. Discourse markers. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

STALNAKER, R. Context and Content. Oxford: Oxford University Press, 1974.

TABOADA, M. Implicit and explicit coherence relations. In: RENKEMA, J. (ed). Discourse, of course. Amsterdam: John Benjamin, 2009, p. 127-140.

TABOADA, M.; MANN, W. C. Rhetorical Structure Theory: looking back and moving ahead. 2006. Disponível em: https://www.sfu.ca/~mtaboada/.../Taboada_Mann_RST_Part1.pdf. Acesso em: 21 mar. 2017.

VAN VALIN, R. D., JR. Functional linguistics: the handbook of Linguistics. Aronoff, Mark and Janie Rees-Miller (eds). Blackwell Publishing, 2002. Blackwell Reference Online. Acesso em: 16 mar. 2017.

NOTAS

- ¹ O conteúdo deste artigo faz parte da dissertação de mestrado *Uma investigação funcionalista das relações retóricas do campo da avaliação no português falado*, defendida em 2018, na Universidade Estadual de Maringá, e desenvolvida com bolsa da CAPES.
- ² <http://www.sfu.ca/rst/07portuguese/definitions.html>
- ³ O programa está disponível para *download* no *site* www.wagsoft.com.
- ⁴ Nos trabalhos em RST, compreendem-se *marcadores discursivos* como “sinais de que a parte de texto que está sendo processada está relacionada a outra parte de texto de um modo particular” (TABOADA, 2006, p. 568, tradução nossa). Assim, *marcador discursivo* se torna sinônimo de *conectivo*.